
A RELIGIÃO E A NAÇÃO

A RELIGIÃO E A NAÇÃO

«Até hoje, não existiu povo algum sem cultura, sem civilização e sem Deus», escreveu, há anos, o grande etnólogo austríaco W. Schmidt.

Este facto, verificável por quem tenha da História Universal uma informação tão larga quanto possível, é susceptível de várias interpretações: é Deus, é a religião que conferem à civilização e à cultura forma, determinação e sentido (interpretação dita idealista); são Deus e a religião simples produtos de determinadas forças e modos de organização social e económica (interpretação dita materialista); são Deus e a religião produtos e/ou produtores das condições «objectivas» em que a existência dos homens decorre e se forma, fenómeno a examinar segundo as culturas e as civilizações, ou os seus tempos e os seus momentos (interpretação dita realista).

Deixemos de lado as interpretações para retermos o facto referindo-o à história de Portugal no seu passado, no seu presente, na sua projecção futura.

Sem a religião, a história de Portugal torna-se praticamente ininteligível: na sua literatura, na sua arte, no seu pensamento reflexivo, nos seus usos e costumes, nalgumas das suas instituições mais originais e impressivas — as Misericórdias, por exemplo —, no seu «modo de ser e estar no mundo», na sua relativa ausência de preconceitos raciais, na sua intenção universalista e ecuménica.

Religião e Nação atingiram entre nós elevado grau de consubstancialidade. Se esse grau não alcançou nem a altura nem a intensidade do de outros países europeus — a Polónia, a Irlanda, a Espanha, a Itália, a Hungria, para citar apenas exemplos mais flagrantes — ele não deixa contudo de ser significativo. Tudo parte da génese e/ou da estrutura matricial.

Quando Portugal se afirma como Nação independente mercê do querer da comunidade humana que habita a orla atlântica da Península Hispânica ao sul do rio Minho, o Cristianismo era a base do conjunto de povos de quase toda a Europa ocidental. Essa base constituíra-se, fora-se constituindo,

ao longo de mais de um milénio de lutas e de esforços, de progressiva interiorização de uma doutrina, que será tudo menos fácil, de aculturação laboriosa e lenta de elementos nórdicos e de elementos mediterrânicos. No termo desse larguíssimo e complexíssimo processo histórico afirmava-se uma comunidade de povos que dava pelo nome de «Christianitas» ou de «Respublica christiana» embora, no seu sentido mais rigoroso e mais profundo, nenhum desses povos, no seu conjunto, fosse totalmente cristão.

Eram demasiado humanos — eram povos — para serem cristãos em plenitude. Mas a exigência permanecia.

Ao apelo da «Cristandade» — realidade sociológica e norma, em princípio, ideal — papas e imperadores, reis e bispos, senhores feudais e chefes comunais, universidades e ordens — monásticas, militares e mendicantes — o povo das cidades e o povo dos campos, quando se tratar de responder aos grandes desafios colectivos, com frequência saberão reagir de forma altamente positiva.

É nessa atmosfera e com essa estrutura de base que Portugal nasce. Nos indivíduos como nos povos os «princípios» contam muito, pode mesmo dizer-se que são fundamentais. Daí que a estabilidade de um país, a identidade de um país, a unidade e a verdade de um país dependam, em larga medida, não apenas do seu projecto de futuro, mas da união e da articulação que esse país souber manter com as suas próprias origens ou com as próprias raízes.

Com Portugal isso verifica-se nas suas grandes horas de crise e ressurreição. Sentiram-no, por exemplo, os homens de 1640, sentiram-no os homens do Liberalismo, sentiram-no os homens mais lúcidos da I República. É à inspiração fundamental da nacionalidade, na sua formação, que se torna imperioso regressar se se pretende avançar para um futuro de esperança, para um futuro dinâmico e livre, para uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais realmente comunitária, mais efectivamente solidária.

Hoje, mais do que nunca, se torna isso necessário. Portugal acaba de romper com mais de cinco séculos de expansão ultramarina e encontra-se num estado pós-operatório em que ainda não acordou de todo para a realidade da amputação sofrida. Importa que, quando o despertar completo se der, ele se veja e sinta, não como mutilado sem préstimo num conjunto de países válidos, mas como organismo restabelecido e saudável com um novo e superior destino a cumprir no concerto das Nações, na marcha da História.

Nessa hora do despertar completo, a Religião representará ou, pelo menos, poderá representar factor relevante. Diferente, em parte diferente do que foi no passado, mas relevante.

As relações entre a Religião e a Nação não foram sempre as mesmas, nem têm por que ser sempre as mesmas. Transformam-se porque a Nação se modifica e a Religião nas suas manifestações concretas se modifica também. Uma e outra — Religião e Nação — são organismos vivos, são realidades históricas em função e ao serviço de homens reais para eles existindo, para eles trabalhando, para eles durando. Com as limitações próprias não apenas da condição humana em geral mas do peso específico desta nação e desta religião em particular.

Entre a Religião e a Nação e entre a Igreja e o Estado, instrumentos estes daquelas duas instâncias superiores, a história de mais de oito séculos ensinou a relativizar o acessório, um acessório que, por vezes, se julgou o essencial. Lutas de reis e de bispos, de grandes senhores e de grandes ordens religiosas, lutas de grupos rivais, questões de bens e questões de precedências, questões de comunicação com Roma e questões de fixação e apego, desactualizados, a direitos e/ou privilégios adquiridos — recta ou torcidamente adquiridos — tudo isso fica para trás de nós como fazendo parte de um mundo demasiado hierárquico e demasiado estático, demasiado fechado e demasiado «humano», mundo que, entretanto, o movimento da História e a mais afinada consciência da dignidade de cada homem bem como a consciência renovada da Igreja pela Igreja progressivamente foram atirando para o espaço móvel das coisas que não regressam mais ou, pelo menos, das coisas que não devem regressar mais.

Nesta perspectiva, é altamente significativo o que aconteceu com a revolução iniciada a 25 de Abril de 1974.

Desde há mais de dois séculos que qualquer tentativa de profunda transformação socio-política do País vinha sendo acompanhada pelo levantamento de uma «questão religiosa». Acontece isso com Pombal que expulsa ou oprime ordens religiosas, que encarcera bispos, que utiliza a Inquisição, tribunal pretensamente religioso para fins meramente políticos, que procura impor, graças à força do seu imenso braço secular, doutrinas que ferem a consciência de alguns dos mais lúcidos súbditos de Sua Majestade Fidelíssima el-Rei D. José I. Acontece isso com o Liberalismo quando as ordens religiosas são extintas e os seus bens confiscados, quando se ergue um cisma nacional contra Roma e se procura transformar a Igreja em Igreja

de Estado. Acontece isso nos primeiros tempos da I República quando se renovam as leis pombalinas e liberais e se promulga, não com intenção libertadora mas com intenção demolidora, a Lei da Separação da Igreja e do Estado, Lei que, no dizer de Guerra Junqueiro, tinha «garras e colmilhos».

Em Abril de 1974 nada disso aconteceu, exceptuados pequenos episódios sem transcendência e sem consequências. Dos mais diversos quadrantes veio a proclamação da vontade de não levantar a «questão religiosa» e, para além disso, veio ainda, da parte das mais variadas formações políticas, a tentativa de captação de amplos sectores de crentes.

Como explicar semelhante contraste que a observação de certos factos de adesão ao antigo regime não fazia prever? A resposta não pode ser nem simples, nem homogênea, nem definitiva nem é aqui o local para a sua explicitação em profundidade e largueza. A perspectiva relativamente ao fenómeno é ainda muito curta e demasiadas coisas se encontram na sombra para poderem ser convenientemente analisadas e dilucidadas. Entre essas coisas, as «naturais» posições tácticas por parte de alguns bem como as reservas mentais de outros. No entanto, algumas razões parece útil avançar desde agora.

Em primeiro lugar refugiou-se de identificar a Igreja com o antigo regime inaugurado a 28 de Maio de 1926, como os Liberais de 1834 a tinham identificado com o Absolutismo e os Republicanos de 1910 a tinham identificado com a Monarquia, no intuito — uns e outros — de a domesticarem reduzindo-lhe a influência ou mesmo oprimindo-a. Isso aconteceu porque entretanto algo se aprendeu da história. Essa redução demonstrou-se eficaz mas não suficientemente, embora em certos campos, que não eram da sua competência, ela fosse realmente necessária, e essa opressão voltou-se, por vezes, quase no seu contrário, isto é, em fonte de revitalização.

Em segundo lugar, porque nunca em Portugal a Igreja, no decurso dos séculos, apesar dos abusos de muitos dos seus membros, alguns até entre os mais altamente responsáveis, e apesar da superstição de outros, se revelou verdadeiramente uma contracultura, uma contracivilização ou uma contra-sociedade. Que uns tenham pretendido erguê-la como pilar da ordem e da conservação do *status quo* e que outros tenham querido tomá-la como alavanca do progresso, que estes porfiem, hoje, em manejá-la como ferro de lança contra a sociedade capitalista e que aqueles — ou os mesmos — procurem a sua aliança para a implantação do socialismo, isso só prova, sociologicamente, a sua im-

plantação nesta Terra. Mudaram-se os tempos — felizmente se mudaram — mas não se mudou de País. É com ele, é com o País real que existe, que importa buscar e descobrir uma sua nova função, uma sua nova missão, um seu novo destino. Não é o momento de carpir mas de intuir, não é o momento de voltar as costas ao futuro apegando-se, inconsolável, às «passadas glórias», nem é o momento de nelas apenas enxergar «cegueira, escuridão e nada mais», mas é o momento de procurar, colectivamente procurar, novas razões de ser, novos modos de agir solidário, novas funções na comunidade da Família humana.

Em terceiro lugar, não se chegou a levantar a «questão religiosa» ao longo destes dois anos dada a premência de outras questões mais graves — a questão da descolonização, a questão social, a questão económica e a questão política — e dada, sobretudo, a funcionalidade do mecanismo regulador das relações entre as duas instâncias de mediação, a Igreja e o Estado, que souberam, na conjuntura, usar de prudência e de boa vontade recíproca.

Em quarto lugar, porque não deixará de ter adquirido conotação positiva na mente e na consciência de alguns responsáveis pela situação emergente do 25 de Abril de 1974 o espírito do concílio Vaticano II. Espírito que, embora talvez um pouco tardiamente e um pouco por conta-gotas, foi penetrando em Portugal entre crentes e mesmo entre não-crentes. Espírito que, sendo de grande exigência moral e humana, correspondia, por detrás e por debaixo de uma vasta e espessa camada sociológica, às aspirações profundas de muitos milhões de Portugueses como o vieram demonstrar acontecimentos dos últimos dois anos, se bem que com as manifestações inclusivas de vários aspectos negativos e até opostos, como é próprio de todas as grandes explosões históricas. Espírito de ecumenicidade e tolerância; espírito de liberdade em que esta surge como o princípio fundamental da ética e da política mas com a exigência, consequente, de que se implantem aquelas instituições morais, sociais e políticas em que fiquem assegurados o direito, a dignidade e inviolabilidade de todos os homens; espírito de respeito pelos pobres e de defesa dos fracos e dos oprimidos; espírito de denúncia e condenação da vontade do lucro pelo lucro, do poder pelo poder assim como de todas as formas de totalitarismo: do Estado, da Classe, do Partido, do Capital, do Consumo; espírito de exaltação e celebração do exercício de toda a autoridade como serviço e de todo o dom pessoal como função de promoção solidária dos outros; espírito humanista em que ganha novo sentido, mais concreto, o velho adágio do «homo sacra res homini» («o homem

é coisa sagrada para o homem); espírito comunitário e de convivialidade fundado na adesão ou, pelo menos, na não-preclusão da abertura à Transcendência Absoluta.

Nestas condições e dadas todas estas razões — uma vez mais, não exaustivas — parece evidente que não fariam sentido nem uma nova politização da religião nem uma nova sacralização da política.

Manuel Antunes